

## **O culto a S. Brás e a Misericórdia do Fundão. Devoção, memória e patrimonialização: nota de estudo**

*The cult of S. Brás and the Mercy of Fundão.  
Devotion, memory and patrimonialization:  
study note*

PEDRO MIGUEL SALVADO

Investigador do Instituto Universitário de Iberoamerica –  
Universidade de Salamanca

*Researcher at the University Institute of Iberoamerica –  
University of Salamanca*

Diretor do Museu Arqueológico Municipal do Fundão

*Director of the Municipal Archaeological Museum of Fundão*

JOANA BIZARRO

Arqueóloga, Museu Arqueológico Municipal do Fundão

*Archaeologist, Municipal Archaeological Museum of Fundão*

### RESUMO

O hagiotopónimo S. Brás constitui uma referência histórica da paisagem que delimita os horizontes do Fundão e indica a designação do relevo cuja encosta norte se debruça para cidade. Remontando à Proto-história, a modelação antrópica do sítio, materializada nos vestígios de um primitivo povoado amuralhado, durante a Idade Média o monte foi parte do Souto da Merce ou de Alcambar. Datará desse período a edificação de uma capela sob a evocação ao orago, elemento e devoção da paisagem religiosa durante séculos controlada e ativada pela Misericórdia do Fundão. A breve leitura que apresentamos propõe a reinserção deste esquecido monumento no património histórico do Fundão.

### PALAVRAS-CHAVE

Devoção, Iconoclastia, Misericórdia, Patrimonialização, S. Brás.

ABSTRACT

The hagio-toponym S. Brás constitutes a historical reference of the landscape that delimits the horizons of Fundão and indicates the designation of the relief whose north slope faces the city. Going back to Proto-history, the anthropic modeling of the site, materialized in the vestiges of a primitive walled town, during the Middle Ages the mountain was part of Souto da Merce or Alcambar. From that period, the construction of a chapel under the evocation of the oracle, element and devotion of the religious landscape for centuries controlled and activated by the Mercy of Fundão. The brief reading that we present proposes the reinsertion of this forgotten monument in the historical heritage of Fundão.

KEYWORDS

Devotion, Iconoclasm, Mercy, Patrimonialization, S. Brás.

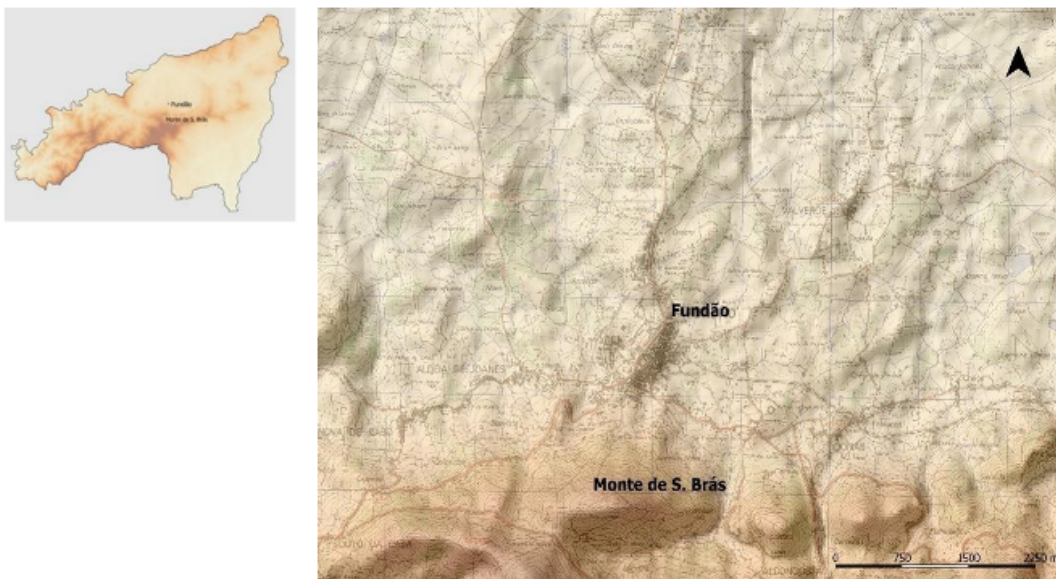


Fig. 1

O monte de São Brás está localizado na vertente Norte da Serra da Gardunha, acerca de 800m de altitude, elevando-se, isolado e destacado, sobre a cidade do Fundão. Podemos recuar o seu povoamento há 3000 anos, na transição do II para o I milénio a.C., datação atribuída às ruínas que foram localizadas nesta orografia do proto-urbanismo fundanense. A população fixou-se neste povoado de média altitude com ampla dominação da paisagem. Os quotidianos entrecorriam numa sazonalidade marcada pela exploração dos recursos agro-pastoris existentes na sua zona de influência e pelos contatos com as rotas de mineração que por aqui passavam. A especificidade visual de cada povoado afirmava-se tanto para quem aí vivia, como para aqueles que percorriam os caminhos da transumância, por exemplo, que atravessavam estas geografias, através da afirmação na paisagem de fortes e altas muralhas das quais se identificam hoje bastantes vestígios.



Fig. 2 – Monte de S. Brás



Fig. 3 – Derrube de muralha do povoado

Ocupando uma área de cerca de 4,5 ha, o arqueossítio de S. Brás integra um conjunto de dez povoados proto-históricos reconhecidos na área do atual concelho do Fundão e que constituiriam uma rede de complementaridades marcando uma fronteira porosa nas dinâmicas económicas e culturais cujos ritmos ainda nos escapam. Num afloramento xistoso, na encosta leste do monte, identificou-se “uma composição gravada com fosse-tes”, com motivos antropomórficos e “escalariformes”, representações que poderão estar articuladas a uma inicial atitude-momento sacralizador enlaçando outras emoções e significados ao espaço vivido incluído na área do povoado.



Fig. 4 – Afloramento com gravuras esquemático-simbólicas

Data de 1395 a primeira referência conhecida ao hagiotopónimo S. Brás, presente no Tombo da Comarca da Beira (Inquirições de D. João I). Quando se traçaram os limites do Souto do Alcambar, que se desenvolvia nas encostas das orografias a norte da Serra da Gardunha, aludiu-se a existência do “*carualhal de sam bras*”, revelando a pluralidade

de espécies arbóreas que cobriam as vertentes (Vicente, 2015: 189). O souto régio da Mercê ocupou uma extensíssima área do sopé até ao cimo das encostas das orografias incluídas na designação Gardunha, viradas para o vale do Zêzere, assumindo-se como um eixo vital comum a várias povoações desde Alcongosta até aos limites da povoação do Castelejo, passando pelo do Souto da Casa, de Aldeia Nova e Aldeia de Joanes, até às povoações de Donas e do Alcaide. A serra do Ocaia (Gardunha) como então se designava era uma paisagem vivida, dividida, explorada, utilizada e enunciada onde cada fração tinha o seu nome e a sua memória numa complementaridade entre os domínios longos da natureza e as prementes necessidades das comunidades.

A capela surge, também, mencionada no Tombo dos bens, foros e propriedades que pertenceram ao concelho da Covilhã, documento datado de 1615, que revelou a sincronia devocional que envolvia, então, as entradas e os cimos da «mais honrada aldeia que no reino há», como se arrogou num documento de 1569: «Tem êste lugar uma ermida de S. Marcos, que está a caminho da Covilhã e uma Igreja da Misericórdia com sua irmandade. E outra ermida de invocação do Espírito Santo no caminho que vai para Alcongosta. E outra de S. Sebastião na mesma entrada. E outra ermida de Sam Bras no cimo da serra. Outra ermida da invocação de Santo António no (?) do lugar. E outra de Nossa Senhora da Conceição que está no cimo do lugar. Há mais no limite dêste lugar um mosteiro de invocação de Nossa Senhora do serviço da ordem de S. António.» (CUNHA, A., 1944: 358).

Em 1758, a edificação de possível fundação medieval, compunha uma memória remota. O padre local referenciou nas *Memórias Paroquiais* : «cham (am) à serra S. Brás por no cume do mesmo estar antigamente situada huma capela do mesmo Santo)» (Silva, 1993: 211).

Em 2003, prospeções de natureza arqueológica (SALVADO, P. M; ROSA, J., 2004) efetuadas no local permitiram a descoberta do povoado e a identificação de uma estrutura, de contornos retangulares, formada por pedraria regular e irregular, numa pequena área pejada de fragmentos de telhas de meia-cana, no cimo o monte, sinais que pensamos poderem corresponder à pequena ermida. Possivelmente uma edificação medieval, a capela foi elemento integrante do primeiro horizonte paisagístico cristão do Fundão, juntamente com a capela de S. Gregório (inquirições de D. Dinis -1314), a ermida de Nossa Senhora do Seixo (1395 Inquirição de D. João I) e a capela de S. Pedro-o-Velho, que segundo a hipótese avançada por Candeias da Silva, seria a mesma que está mencionada como S. João de Monte Esfolado no *Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e dos Algarves nos annos de 1320 1321*, havendo aí referência a sepulturas escavadas na rocha (Monteiro, J. 1912), realidade arqueológica já confirmada.



Fig. 5 – Monte de S. Brás (serra da Gardunha)



Fig. 6 – S. Brás, bispo de Sebaste da Capadócia (séc. III e IV d. C.)

A veneração a S. Brás, bispo de Sebaste da Capadócia, que viveu entre o século III e o IV d. C., é celebrada a 3 de fevereiro. O culto aos santos foi dirigido e promovido pela Igreja; contudo certas devoções de expressão e de apropriação mais popular não cumpriram, algumas vezes, as rígidas normas emitidas pela hierarquia religiosa. A cada santo associaram-se atributos específicos cujas ritualidades resultaram de delicados sincretismos e nem sempre construídos dentro de uma ortodoxia plena: tal foi o caso dos santos sanadores. Rogava-se a S. Brás para pedir saúde e a cura de doenças da garganta. A ermida de S. Brás, como parte integrante do conjunto religioso local, terá refletido, durante um período, um equilíbrio entre práticas interpretadas e vividas numa envolvência e fundo religioso popular e aquelas que traduziam a comparência das normas emitidas pela religiosidade formal. A ermida situava-se fora do aglomerado, uma presença solitária-

ria quebrada no dia dedicado ao culto quando, vencendo a pendente das íngremes encostas do monte, os devotos aí se dirigiam para cumprir as suas promessas a este intermediário entre os homens e Deus e a quem se rogava a cura para as maleitas revitalizando-se a presença da capela no calendário nas práticas de sociabilidade de índole religiosa da comunidade. S. Brás pertencia a um agregado de santos terapeutas como S. Sebastião ou S. Roque, também constantes no grupo de devoções locais e cujas capelas alvejavam os cumes dos montes ou a entrada dos aglomerados protegendo os horizontes e as gentes da Cova da Beira.

A relevância, cuja intensidade desconhecemos ainda, e a antiguidade do culto e devoção local a S. Brás acabariam por confluír e de ser introduzidas na estruturação das práticas religiosas da Misericórdia do Fundão, presença manifestada nos privilégios especiais concedidos pela bula de Paulo V, na menção ao dia de S. Brás nos estatutos da Santa Casa e na existência de relíquias atribuídas ao santo no património simbólico da instituição pia. Com efeito, na bula de 5 de junho de 1619, o Papa Paulo V concede indulgências e remissão dos pecados aos irmãos da Misericórdia «(...) como prémio pelo comportamento em especiais deveres de caridade e piedade, e tendentemente ao louvor a Deus, à salvação das almas, ao aperfeiçoamento do exercício de boas obras, ao estímulo de outros fiéis para participação dos benefícios da irmandade e à veneração da Igreja-sede» (Monteiro, 1990:227). O documento pontifício consolidava a importância e a ligação a Roma da nova casa de origem não eclesiástica da cristandade do Fundão. A bula papal era, de facto, um enorme privilégio individual e constituía um prestígio não despreciando para a cativação de novos membros para a Santa Casa. O Fundão revigorou a sua identificação ao catolicismo vínculo, durante muitas décadas, não completamente percebido por parte de muitos.



Fig. 7 – Bula de Paulo V

Na releitura que José Alves Monteiro faz, em colaboração com padre António Brásio, da reprodução do padre Dr. Virgílio Oliveira, mencionam-se os seguintes privilégios: «Concede-se e liberaliza-se para sempre, indulgência e remissão plenária de pecados: a) aos fiéis admitidos na irmandade, se no dia da sua primeira entrada receberem o sacramento da Eucaristia; b) aos ditos fiéis e aos irmãos já então existentes, se no momento da morte, prevenidos, quando possível, com o mesmo sacramento, invocarem o nome de Jesus com o coração, se de outro modo o não puderem fazer; c) aos irmãos que, verdadeiramente contritos e confortados com a sagrada comunhão, visitarem a igreja da Misericórdia no segundo dia de Julho de qualquer ano e rogarem a Deus pela exaltação da

Santa Madre Igreja, pela extirpação das heresias e pela conversão dos infiéis, bem como pela paz entre os príncipes cristãos e pela saúde do Papa. A todos os mesmos confrades que, em semelhante estado de graça, devotamente visitarem a igreja da Misericórdia nas festividades dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, de Todos-os-Santos, de S. Brás e da Natividade da Virgem, e nela orarem como na cláusula supra, outorga-se seguidamente a indulgência de sete anos e de outras tantas quadragenas (...)».



Figs. 8 e 9

Por sua vez, os estatutos da Santa Casa, aprovados em 1687, no seu ponto 6, referiam que apenas se podiam assentar ou receber irmãos no dia de todos os Santos, no dia de S. Brás e na quinta-feira Santa. A veneração das relíquias de S. Brás, cuja data de incorporação no repositório simbólico-religioso da Misericórdia desconhecemos, seria também uma prática comum. Ainda na segunda década do séc. XX, se davam a beijar aos fiéis na missa de 3 de fevereiro, na Igreja da Misericórdia. As relíquias constam do tomo dos bens da Misericórdia de 1834: «Uma custódia de prata com as Relíquias de São Braz». O Fundão era, no contexto regional, uma comunidade recetora de uma relíquia, signo visível e afetivo, realidade material que a individualizava enfatizando a ligação da instituição com as atitudes gizadas pela Contra Reforma, dentro dos indicadores tridentinos. A posse das relíquias declarava, ainda, para os crentes do Fundão o domínio por parte da sua Misericórdia da possibilidade de serem postos em contacto com uma força de raiz taumatúrgica, facto que estabelecia um poder atrativo e distintivo. O culto regional ao mártir arménio teve alguma expressão em Castelo Novo e no Alcaide, aldeias imbricadas na diversidade cultural e de povoamento da serra da Gardunha. Entre 1694 e 1703, a pequena capela foi mandada demolir pelo bispo da Guarda D. Rodrigo de Moura Teles «pela indecência com que estava e menos veneração, com que era respeitada» (Santiago, 1762). Ignora-se a data em que se terá efectuado tal demolição mas é provável que tal tivesse acontecido ou nos finais do século XVII ou nos princípios dos seguintes. A destruição da capela expressou uma medida de controlo e de extinção de quaisquer práticas religiosas enraizadas a essa geografia. Os muros espirituais das comunidades estavam cada vez mais próximos dos cenários do quotidiano urbano.

O Monte de S. Brás, braço da serra da Gardunha, foi transformado, ao longo de muitos séculos, por uma continuada intervenção humana. É na sua zona de influência que se ergue um dos principais polos religiosos da história do cristianismo local, o Convento de



N. Sra. do Seixo e núcleos de povoamento romano como é o caso da Quinta do Ouro, foco do peculiar surgimento lendário. O monte afirma a paisagem fundacional do Fundão enquanto materialidade proto-urbana. Na Convenção Europeia da Paisagem de 2002 considera-se que tudo é paisagem numa polifonia de significados e significados, materiais e imateriais associados à palavra. O monte de São Brás é um elemento idiossincrático da paisagem fundanense, da sua história, da sua vida e do quotidiano da cidade.



Fig. 10

Uma paisagem traduz sempre uma realidade complexa que combina natureza e cultura, conjugando componentes objetivas subjetivadas e componente subjetivas objetivadas. Revelam o efeito de processos milenares de ligação e as mudanças lentas ou rápidas das relações das comunidades com o seu meio, acumulando mensagens e matérias numa totalidade histórica plena de significações, visíveis e invisíveis, sobre o nosso passado e sobre a nossa própria identidade. Uma paisagem é o resultado de uma transformação que pode ser observada na linha daquilo que Alan Roger classificou de “processo de artealização” isto é como um olhar paisagístico é sempre uma construção cultural explicável e o resultado de um dado tempo. Em 1758, o pároco fundanense contemplou a sua paisagem diária deste modo: «O ditto Monte chamado Serra de S. Brás se compõe e veste enteyramente de castinheiros que a mesma terra produz, que no tempo da Primavera athe o Outono faz, com a gala que no tempo da natureza, huma admirável prospetiva com que se lezongea vista; e estes castinheiros são continuados do Norte a Sul em distancia de duas legoas. (...) Nas raízes do dito monte há varias fazendas de pomares e ortas, que se regão com as agoas que extrahem em vários e contínuos nascentes.» Mas São Brás tinha também sido o local de antigas práticas sociais e de expressões simbólicas. O pequeno recinto religioso situava-se numa fronteira visual e parece-nos ser a partir deste sentimento de estrema e de limite, de espaço não totalmente controlado, aquilo que poderá ter determinado a sua destruição. A Convenção Europeia da Paisagem de 2002 também afirmou o valor democrático da paisagem como um processo de desenvolvimento contemporâneo de uma comunidade ao ligar estética com política que também suporta um valor de património: um “património – paisagem”, pontes e campos entre objectos e sujeitos, pertencentes a todos a em contínuo diálogo. A cromaticamente cam-

biante encosta de S. Brás circunscreve o sul visual do dia-a-dia fundanense. Bastará um outro olhar para se retomarem todos os elos ascensionais entre a encosta planura urbana e o monte genético. A força da paisagem de S. Brás é mais do que uma emoção, é um campo de comunicação, um texto-documento de interrogação continuada do tempo das origens, das perguntas e das respostas de todos os tempos.

## BIBLIOGRAFIA

CUNHA, Alfredo da Cunha (1944). Achegas para a história da vila do Fundão. In Subsídios para a História Regional da Beira Baixa, vol I. Castelo Branco.

Inquirições da Beira e Além-Douro, fl.34, Inquirições de D. Denis. in Arquivo Histórico de Portugal, I, 1933.

MONTEIRO, José (1912). Terras da Beira. Coimbra. In Versos da Beira – Poemas do Cativeiro, Lisboa, 1990, p. 57.

ROGER, A. (1997). Court traité du paysage. Paris: Gallimard, Bibliothèque de Sciences Humaines.

ROSA, João M.; Bizarro, Joana (2006). Aspectos da Romanização na área urbana da cidade do Fundão. Salamanca: Editorial Delrio.

ROSA, João M.; Salvado, Pedro M. (2003). Um olhar sobre a capela de S. Pedro-o-Velho. *Fundão Município*. Fundão: Câmara Municipal do Fundão. 73-75.

ROSA, João M.; Salvado, Pedro M., (2005). O Fundão das Ermidas desaparecidas. In A Cidade.

SALVADO, Pedro M. (2004). Fundão: Tempos e sentires da religiosidade. Cadernos do Gabinete Técnico Local. Fundão.

SALVADO, Pedro; Rosa, João (2004). História milenar do Fundão: os elos perdidos. *Ebu-robriga*, 1, Museu arqueológico Municipal José Monteiro. C.M. Fundão.

SANTIAGO, Frei Manuel de (1762). *Chronica da Santa Provincia de Nossa Senhora da Soledade*, Lisboa.

SILVA, A. C. F; Rosa J. M.; Salvado, P.; (2003). Monte de S. Brás – A persistência do passado na identidade Fundão. Cadernos do Museu arqueológico José Monteiro, 1. Fundão: Câmara Municipal do Fundão.

SILVA, Joaquim Candeias (1993). O Concelho do Fundão através das Memórias Paroquiais de 1758. Fundão.

SILVA, Ricardo, (2006). Génese e transformação da estrutura de povoamento do I milénio a. C. na Beira Interior. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VICENTE, Maria G. (2015). Povoamento e propriedade. Entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII – XIV). Lisboa: Edições Colibri. Academia Portuguesa de História.